

Efeito da suavização intencional de resultados na persistência dos lucros das empresas brasileiras de capital aberto¹

DOI: 10.4025/enfoque.v41i2.53295

Allison Manoel de Sousa 

Doutorando em Contabilidade pelo
Programa de Pós-Graduação em
Contabilidade da Universidade Federal do Paraná
(PPGCONT/UFPR)
E-mail: allison.msousa@gmail.com

Taise Feltes 

Mestranda em Contabilidade pelo
Programa de Pós-Graduação em
Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina
(PPGC/UFSC)
E-mail: taisefeltes@gmail.com

Rodrigo Malta Meurer 

Mestre em Ciências Contábeis pelo
Programa de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul (PPGCC/UFMS)
E-mail: rodrigomeurer10@gmail.com

Alex Mussoi Ribeiro 

Doutor em Controladoria e Contabilidade pelo
Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade
da Universidade de São Paulo (PPGCC/USP)
Professor do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade
(PPGC) e Programa de Pós-Graduação de Controle e Gestão
(PPGCG) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: alex.mussoi@ufsc.br

Recebido em: 21.04.2020

Aceito em: 23.09.2020

2ª versão aceita em: 16.10.2020

RESUMO

Este estudo objetiva analisar o efeito da suavização intencional de resultados na persistência dos lucros das empresas brasileiras de capital aberto. A amostra foi constituída de 140 empresas ao considerar períodos trimestrais de 2013 a 2018. A persistência dos lucros foi mensurada por meio da métrica de Dichev e Tang (2009). Já para a suavização intencional de resultados, recorreu-se a duas medidas que constam no trabalho de Lang, Lins e Maffett (2012). Para a análise de dados, realizou-se a estatística descritiva e, posteriormente, a regressão quantílica, por meio dos quantis 0,10; 0,25; 0,50; 0,75 e 0,90. Os resultados sugerem que a persistência dos lucros teve redução ao longo do período em todos os percentis analisados. O Percentil 10 (P10) e o Percentil 25 (P25) apresentaram as reduções mais acentuadas, com 58,15% e 31,68%, respectivamente. Os achados também evidenciam que quando o gestor utiliza a suavização mais geral de resultados a persistência dos lucros diminui. Já quando o gestor faz o uso da suavização por meio dos *accruals*, com objetivo de reverter a suavização realizada em anos anteriores, implica na diminuição da persistência dos lucros, exceto para os quantis 0,10 e 0,90. Essas evidências apresentam contribuições à literatura, ao abordar uma nova ótica para o tema, ou seja, avaliar apenas as consequências da parcela intencional da suavização. O estudo também auxilia os investidores e credores acerca do processo decisório, já que a persistência dos lucros é um aspecto da qualidade da informação contábil.

Palavras-chave: Persistência dos Lucros. Suavização Intencional de Resultados. Qualidade da Informação Contábil.

Effect of intentional income smoothing on the earnings persistence of publicly traded brazilian companies

ABSTRACT

Our study aims to analyze the effect of intentional income smoothing on the earnings persistence of publicly traded Brazilian companies. Our sample consisted of 140 companies when considering quarterly

¹ Esta pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

periods from 2013 to 2018. We measured the earnings persistence was through the metric of Dichev and Tang (2009). For the intentional income smoothing, we used two measures in the work of Lang, Lins and Maffett (2012). We analyzed the data based on descriptive statistics and, subsequently, through quantile regression, using 0.10 quantiles; 0.25; 0.50; 0.75 and 0.90. The results suggest that the earnings persistence decreased over the period in all analyzed percentiles. Percentile 10 (P10) and Percentile 25 (P25) presented the most accentuated reductions, with 58.15% and 31.68%, respectively. The findings also show that when the manager uses the more general income smoothing, the earnings persistence decreases. When the manager makes use of smoothing through accruals with the objective of offsetting net income with smoothing from previous years, it implies a decrease in the persistence of profits, except for the 0.10 and 0.90 quantiles. Based on this evidence, we can contribute to the literature by addressing a new perspective on the theme, that is, evaluating only the consequences of the intentional portion of income smoothing. We hope to assist investors and creditors with the decision-making process, as earnings persistence is a characteristic of the quality of accounting information.

Keywords: Earnings Persistence. Intentional Income Smoothing. Quality of Accounting Information.

1 INTRODUÇÃO

As estratégias de manipulação de resultados foram vastamente investigadas por diversos estudos especialmente com o desenvolvimento e disseminação de modelos como os de Jones (1991), Dechow, Sloan e Sweeney (1995) e Dechow e Dichev (2002), que propuseram identificar o gerenciamento por *accruals* discricionários. Posteriormente, foram desenvolvidos outros métodos com a finalidade de mensurar o gerenciamento de resultados por atividades operacionais reais, como os de Roychowdhury (2006) e Cohen e Zarowin (2010). Dentre as temáticas contempladas pela literatura que se atentaram acerca do gerenciamento de resultados, estão as suas consequências em aspectos correspondentes à qualidade da informação contábil. Essas investigações sugerem que o gerenciamento de resultados é prejudicial à qualidade da informação contábil e, por sua vez, prejudica o processo decisório dos usuários externos [ver Richardson, Sloan, Soliman e Tuna (2005), Dechow, Ge e Schrand (2010), Sohn (2016), Li (2019) e Sousa et al. (2020)].

Uma forma de gerenciar os resultados consiste em suavizar o resultado do período (SUNDER, 2014). Tal forma de manipulação está pautada na ideia de manter os lucros mais estáveis e, dessa forma, atenuar a volatilidade do resultado (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010; PORTULHAK et al., 2014). Essa lógica pode ser benéfica aos usuários externos, dado que lucros mais estáveis aumenta a previsibilidade dos analistas quanto aos resultados em períodos futuros (GRAHAM; HARVEY; RAJGOPAL, 2005). Apesar disso, a suavização de resultados é um meio que os gestores utilizam para deturpar a informação contábil e, por esse motivo, pode ser nociva aos usuários externos, visto que pode implicar na qualidade das informações contábeis. Isso porque, tais informações compreendem a uma forma de comunicação das organizações com os usuários externos (HEALY; WAHLEN, 2009) e elucidam dados a respeito da saúde financeira da companhia (GE, 2009).

Vale ressaltar que as informações contábeis divulgadas pelas companhias são relevantes para o processo decisório dos investidores, pois, de acordo com Rodrigues, Melo e Paulo (2019), estão de acordo com os padrões contábeis, além de refletir a realidade econômica da companhia. Para que essas informações reflitam a realidade econômica da empresa, o preparador exerce julgamento sobre o reconhecimento e mensuração dos itens patrimoniais. Os gestores, contudo, podem pressionar os preparadores à realizarem escolhas que não condizem com a realidade econômica da empresa para suprir seus anseios privados. Um desses anseios concerne em enganar o mercado (SCOTT, 2009), porque, ao manipularem os resultados, os gestores podem tentar se manter no cargo ou, até mesmo, provocar impacto em suas remunerações (ALI; ZHANG, 2015; DAL MAGRO; KLANN; MONDINI, 2018; DAL MAGRO; DANI; KLANN, 2019; SOUSA; RIBEIRO, 2020).

Mesmo assim, a discussão sobre as consequências da suavização de resultados não é recente, pois os primeiros estudos que trataram sobre a temática são da década de 1960. Um desses estudos é o de Gordon (1966), o qual comenta que a suavização de resultados implica na distorção das informações apresentadas aos usuários externos. Dopuch e Drake (1966) mencionam que a suavização de resultados é realizada por meio de métodos contábeis, que são sensíveis à manipulação, diante das diferentes escolhas contábeis que estão subjugado dos preparadores. Em avanço à discussão acerca da temática, Eckel (1981) trata que a suavização de resultados é subdivida em dois grupos, isto é, a suavização natural e a suavização intencional. O autor comenta que a suavização natural decorre do propósito de geração de lucro da empresa e não pode ser controlada pelos gestores, mas a suavização intencional é realizada de forma proposital pelos gestores para atingir seus objetivos escusos.

A suavização de resultados é um componente de transitoriedade e, por esse motivo, implica em prejuízo de aspectos referentes à qualidade das demonstrações contábeis, especialmente, em aspectos ligados ao desempenho econômico-financeiro, como a persistência dos lucros (SCHIPPER; VINCENT, 2003). Dechow, Ge e Schrand (2010) discorrem que a persistência dos lucros é um aspecto da qualidade da informação contábil levada em consideração pelos investidores, mas apontam para outro caminho ao alegarem que suavizar os resultados deixa os lucros mais persistentes. Apesar de discordar sobre a relação entre persistência dos lucros e suavização de resultados, Schipper e Vincent (2003) e Dechow, Ge e Schrand (2010) partilham do mesmo entendimento de que a diminuição da persistência dos lucros é prejudicial aos investidores, porque, como comentado por Dichev; Tang, (2009), esta auxilia na previsão do resultado líquido em períodos futuros.

A partir desse entendimento de que a suavização de resultados e persistência dos lucros estão relacionadas, investigações foram realizadas com a finalidade de verificar o impacto da suavização de resultados na persistência dos lucros. Kolozsvari e Macedo (2016) encontraram que a suavização de resultados impacta na diminuição da persistência dos lucros, o que complementa os resultados do trabalho de Schipper e Vincent (2003). Há, contudo, estudos que encontraram evidências que apontam para outro panorama. Ou seja, os gestores suavizam os resultados com o intuito de deixar os lucros mais persistentes, de forma que atinjam seus objetivos e enganam o mercado, por exemplo Tucker e Zarowin (2006), Wang (2014) e Kajimoto, Nakao e Moraes (2019).

Diante dessas evidências, percebe-se que há divergência quanto às implicações da suavização de resultados na persistência dos lucros, o que de acordo com Kajimoto e Nakao (2018), é um ponto que deve ser levado em consideração. Os autores também mencionam a necessidade de novas pesquisas a respeito da temática, dado às poucas evidências empíricas. Devido às escassas evidências acerca das implicações da suavização na persistência dos lucros, os resultados apresentados pelos trabalhos até então podem não elucidar todas as implicações que a suavização tem como consequência para os usuários externos da informação contábil. Nenhum dos trabalhos acima avaliaram as consequências da suavização intencional na persistência dos lucros, uma vez que não separaram a suavização natural e intencional. Assim, avaliaram apenas as consequências da suavização total na persistência dos lucros, o que, de certa forma, é um estímulo para que novas pesquisas se debruçam apenas nas consequências da suavização intencional de resultados, ou seja, aquele realizado de modo premeditado pelos gestores. A partir dessas discussões, a presente pesquisa objetiva *analisar o efeito da suavização intencional de resultados na persistência dos lucros das empresas brasileiras de capital aberto*.

Este estudo se justifica, a partir do ponto de que a suavização de resultados pode ser prejudicial para os aspectos que compõe a qualidade dos relatórios financeiros, como a persistência dos lucros. Isso porque, a diminuição da persistência dos lucros impacta negativamente na capacidade dos investidores na tomada de decisão (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). De forma complementar, este artigo avança na literatura ao analisar as implicações da suavização intencional, diferentemente de outros estudos, que se atentaram apenas nas consequências da suavização total. Outra justificativa consiste em usar a

persistência dos lucros, haja vista que compreende a um destes aspectos de qualidade dos relatórios e ser analisada pelos usuários, além de ser um aspecto que está ligado ao desempenho econômico-financeiro, bem como, ser utilizada para prever o desempenho em períodos futuros, por exemplo Schipper e Vincent (2003) e Graham, Harvey e Rajgopal (2005), Dichev e Tang (2009).

A partir dos resultados da presente pesquisa, o estudo apresenta duas principais contribuições. Sobre a primeira medida, destaca-se que, desde as empresas com os menores, até as que apresentam os maiores níveis de persistência dos lucros, apresentam diminuição nessa qualidade da informação contábil quando ocorre o aumento da suavização intencional geral de resultados. A respeito da segunda medida, enfatiza-se que a suavização intencional de resultados por meio dos *accruals* com o propósito de compensar práticas de suavização em períodos anteriores para aumentar o lucro, em exercícios com resultado líquido abaixo da média, e diminuir o lucro, em períodos que o resultado líquido foi acima da média, atenua a persistência dos lucros. Tal diminuição, entretanto, não ocorre em todas as empresas. Ou seja, apenas para as empresas com observações alocadas nos quantis 0,25; 0,50 e 0,75.

Essas evidências contribuem no âmbito prático aos usuários externos, sobretudo aos investidores e analistas do mercado financeiro, visto que esses podem ter prejuízo na tomada de decisão quando utilizam informações acerca da persistência dos lucros sob influência da suavização realizada pelos gestores. Outra contribuição que esta investigação elucida, compreende a diminuição da persistência dos lucros a partir do ano de 2015, nos quantis 0,10 e 0,50, e a partir de 2016, no quantil 0,25. Todavia, destaca-se que as empresas com os maiores níveis de persistência, não tiveram mudança significativa na persistência dos lucros. Assim, apenas as empresas que apresentam os menores níveis de persistência (alocadas no quantil 0,10 e 0,25) e na mediana (quantil 0,50), apresentaram diminuição nessa qualidade da informação contábil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INCOME SMOOTHING

É relevante destacar que as informações das demonstrações contábeis são importantes, não somente para usuários internos, mas também para usuários externos, os quais buscam ganhos em relação aos seus recursos aplicados. A qualidade dessas informações é salutar aos usuários externos, uma vez que são utilizadas como parâmetro para avaliar a saúde financeira das companhias (GOEL, 2012).

Todavia, a qualidade das informações contida nas demonstrações contábeis, são amplamente discutidas em relação à veracidade das mesmas. Devido a isso, Gordon (1966) ressalta que a suavização de resultados tende a impactar de forma negativa a qualidade das demonstrações contábeis. De certa forma, essa discussão se encontra em contextos passados, entretanto, pode ser considerado em cenários atuais, visto que é frequente o uso dessa prática pelo gestor com a finalidade de manipular o lucro líquido. Fenômeno que ocorre, sobretudo, em períodos com resultado líquido acima da média, em que podem ser compensados em períodos futuros, conforme discutido em estudo de Baik, Choi e Farber (2019).

A suavização de resultados pode ser realizada pelos gestores por meio de diferentes métodos de contabilização. Moses (1987), Suh (1990) e Almeida et al. (2012) pontuam que diferentes escolhas contábeis são utilizadas pelos gestores para suavizar os resultados de maneiras distintas. Os autores relatam que o modo de emprego da suavização de resultados depende do contexto correspondente ao resultado líquido do período. Com isso, a depender do resultado líquido do período, os gestores aplicarão diferentes práticas para aumentar ou diminuir o lucro de acordo com interesses privados e, dessa forma, não reportar fidedignamente essa informação de desempenho econômico-financeiro da

entidade (MOSES, 1987; ALMEIDA et al., 2012). Copeland (1968) buscou analisar formas alternativas de métodos contábeis a serem utilizados para manipulação dos resultados. Destaca-se que o autor ampliou as discussões acerca da suavização de resultados ao estimular novas pesquisas que analisassem formas alternativas de métodos contábeis a serem utilizados para manipular os resultados.

Ao buscar estreitar a discussão em volta ao tema, Eckel (1981), enfatiza dois métodos utilizados para suavização de resultados, sendo a natural e intencional. Dessa maneira, o estudo de Eckel (1981) e Trisanti (2013), destacam que a suavização natural envolve o processo contábil, ou seja, as operações da empresa, no caso da suavização intencional, são oriundas da manipulação dos gestores da empresa. A suavização intencional é subdividida em duas categorias, sendo a suavização real e artificial. O primeiro tipo de suavização, suavização real, de acordo com Eckel (1981) e Trisante (2013), compreende às transações da entidade, que afetam o fluxo de caixa. A segunda forma, suavização artificial, contrariamente a primeira, não afeta o fluxo de caixa, mas é baseada nos fenômenos econômicos, ao antecipar ou postergar receitas e despesas (ECKEL, 1981; TRISANTE, 2013).

Dechow, Ge e Schrand (2010) colocam que os gestores podem fazer o uso da suavização somente para atender seus interesses privados que de alguma maneira estejam ligados ao desempenho do período. Mesmo assim, os gestores podem suavizar os resultados com o propósito de também deixar os lucros mais persistentes e, dessa forma, aumentar a capacidade de predição dos analistas sobre os resultados futuros (GRAHAM; HARVEY; RAJGOPAL, 2005; DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Ao proporcionar maior persistência, os investidores podem aumentar a confiabilidade no lucro reportado, mesmo que seja suavizado (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

Ao verificar os objetivos que estão atrelados às práticas de suavização, Eckel (1981) desenvolveu métricas com a finalidade de mensurar o nível de suavização. A lógica utilizada por Eckel (1981) para o desenvolvimento e proposição de duas métricas, que captam a suavização de resultados, foram aprimoradas por outras investigações com o objetivo de capturar, de forma mais adequada, esta forma de manipulação dos resultados. Uma destas investigações é a de Leuz, Nanda e Wysocki (2003), que partiu da lógica de Eckel (1981) para mensurar a suavização de resultados total. Ou seja, sem distinguir a suavização natural da suavização intencional. Das duas métricas do trabalho de Leuz, Nanda e Wysocki (2003), a primeira, busca captar a suavização com base em decisões ligadas aos ajustes envolvidos à contabilidade, e não aos dos fluxos de caixa. Para tanto, essa métrica parte do princípio da divisão dos desvio-padrão, alcançados pelos resultados do lucro, pelo desvio-padrão obtido dos fluxos de caixa operacionais da empresa.

A segunda métrica de Leuz, Nanda e Wysocki (2003), é operacionalizada a partir da correlação entre os *accruals* e o fluxo de caixa operacional, ao buscar a captação da qualidade da decisão proporcionada pelas normas de contabilidade, em que pode ser utilizada com o objetivo de diminuir a transparência dos relatórios financeiros. Essas duas métricas foram utilizadas em estudos posteriores para determinar saber o nível de suavização e se a empresa pode ser considerada como “suavizadora” ou não do resultado do período. Dentre esses estudos, tem-se os de Land e Lang (2002) Lang, Raedy e Wilson (2006), Myers, Myers e Skinner (2007) e Barth, Landsman e Lang (2008), que analisaram as consequências da suavização. Contudo, apresentam uma limitação decorrente das métricas empregadas, uma vez que apenas capta a suavização total e não consegue distinguir a suavização natural da suavização intencional.

Tal limitação foi solucionada por Lang, Lins e Maffett (2012), visto que propuseram uma sofisticação das duas métricas que implica na separação da parcela natural da parcela intencional. Os autores trabalharam com a sofisticação das duas métricas de modo combinado e descobriram que a suavização intencional de resultados tem como consequência a diminuição da transparência das demonstrações contábeis transparentes. Embora as duas métricas foram combinadas no estudo de Lang, Lins e Maffett

(2012), Sousa et al. (2020) comentam que elas podem ser trabalhadas de forma separada, dado que evidenciam aspectos distintos da suavização intencional de resultados que são complementares.

2.2 PERSISTÊNCIA DOS LUCROS E DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES

A partir do exposto no tópico anterior, compreende-se que a suavização de resultados confere a uma forma de manipulação de informações que deturpa a informação apresentada aos usuários externos por meio das demonstrações contábeis. Essa manipulação tem como finalidade, enganar o mercado, de forma que, os objetivos particulares dos gestores sejam atingidos (SCOTT, 2009). Contudo, destaca-se que suavizar os resultados pode implicar em aspectos que conferem a qualidade dos relatórios financeiros (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010), em particular, aos que estão ligados ao resultado líquido, como a persistência dos lucros (SCHIPPER; VINCENT, 2003).

Nesse âmbito, Lev (1983) em seu estudo, aponta a persistência como a não aleatoriedade no comportamento dos lucros. Na mesma linha, Schipper e Vincent (2003) explicam a persistência, como permanência e transitoriedade de mudanças nos lucros, característica de qualidade da informação contábil, a qual é útil para o processo decisório e avaliativo das empresas por parte dos investidores.

Posto isso, dado que a persistência é um aspecto da qualidade contábil, Dichev e Tang (2009) relatam a sua importância para os investidores, haja vista que eles podem compreender a volatilidade do lucro ao longo dos períodos e, dessa forma, prospectar o lucro líquido dos próximos exercícios. Além disso, os autores também apontam a relevância da persistência dos lucros para os analistas, uma vez que estes também podem projetar lucros futuros e conseqüentemente passar essas projeções para seus investidores. Portanto, entende-se que a persistência dos lucros é uma qualidade da informação contábil relevante, ao considerar que exerce influência nas tomadas de decisões de investidores e analistas, a partir da apresentação dos relatórios financeiros pelas empresas.

Contudo, os gestores têm um determinado nível de discricionariedade no que se refere às escolhas contábeis. Tal discricionariedade permite que as demonstrações contábeis reflitam adequadamente a realidade econômica da empresa, entretanto, os gestores podem fazer o uso da discricionariedade para deturpar a informação contábil e, assim, atingir seus interesses privados. A manipulação dos resultados pode implicar em aspectos de qualidade da informação contábil, como a persistência (SCHIPPER; VINCENT, 2003; GRAHAM; HARVEY; RAJGOPAL, 2005; DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Sobre esse aspecto, a literatura aponta caminhos contraditórios a respeito dessa influência.

A primeira linha de pensamento relata que a suavização de resultados é benéfica à persistência dos lucros. Isso porque, faz com que seja amenizada a volatilidade dos lucros, tornando-o mais persistente (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Tal fato propicia que os investidores e, principalmente os analistas, possam compreender os movimentos do resultado líquido da empresa e possibilite a projeção desse item de desempenho para os próximos períodos com maior acurácia (GRAHAM; HARVEY; RAJGOPAL, 2005).

Sobre essa vertente, destaca-se as evidências apontadas no estudo de Turcker e Zarowin (2006). Os pesquisadores retrataram que a suavização e a persistência estão relacionadas, a julgar pelo uso de *accruals* discricionários por parte dos gestores com o intuito de diminuir possíveis flutuações aumentando a persistência do lucro. Kajimoto, Nakao e Moraes (2019), abordaram esse mesmo tema e encontraram evidências semelhantes. Com isso, essas duas investigações, destacam que os gestores tendem a suavizar os resultados para que os lucros sejam mais persistentes. Contudo, ao adotar práticas de suavização, os gestores podem disfarçar os resultados, sobretudo, em períodos de mau desempenho econômico-financeiro da companhia.

A segunda vertente entende que a suavização de resultados é prejudicial à persistência dos lucros. Um dos trabalhos corresponde ao de Schipper e Vincent (2003), pois alerta sobre a suavização ser uma forma para distorcer os resultados e impactar em prejuízo da persistência dos lucros. Com isso, mesmo que os gestores suavizem os resultados para estabilizar o lucro, como defendido por Dechow, Ge e Schrand (2010) e Graham, Harvey e Rajgopal (2005), ainda se trata de uma forma de ludibriar o mercado. Nesse contexto, os usuários da informação contábil, em especial, os investidores e os analistas não possuirão as informações necessárias para a tomada de decisão, o que dificulta a projeção de lucros futuros.

Com isso, suavizar os lucros pode ser prejudicial à persistência dos lucros, sendo que pode até implicar na diminuição desta qualidade da informação contábil. A evidência empírica de Kolosvari e Macedo (2016), ao avaliar apenas o mercado de capitais brasileiro, sugere que houve redução da persistência, quando os gestores suavizam os resultados. Ou seja, a suavização faz com que a qualidade da informação contábil diminua. O que implica na compreensão de que essa vertente indica que a suavização pode aumentar a volatilidade dos lucros, de forma que não condiz com a realidade econômico-financeira das organizações. Assim, prejudica a qualidade da informação contábil e pode complementar as investigações que destacam o prejuízo da suavização na qualidade das informações disponibilizada ao público externo [ver Schipper e Vincent (2003) e Dechow e Schrand (2004)].

Diante desse contexto, entende-se que quando os gestores realizam a suavização de resultados, faz com que o lucro seja mais volátil, além de deturpar as informações apresentadas aos usuários externos. Dessa forma, ao considerar as discussões acima, especialmente a contida no estudo de Kolosvari e Macedo (2016) e a discussão apresentada por Lang, Lins e Maffett (2012), de trazer o contexto da suavização intencional, foram desenvolvidas as seguintes hipóteses desse trabalho:

H1: Existe relação negativa entre a suavização intencional geral de resultados e a persistência dos lucros

H2: Existe relação negativa entre suavização intencional de resultados por *accruals* e a persistência dos lucros

3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

3.1 AMOSTRA E COLETA DE DADOS

A população confere a todas as empresas, não financeiras, de capital aberto que negociaram suas ações na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Com base nisso, foram selecionadas companhias que tinham disponíveis as informações necessárias para o cálculo da persistência dos lucros em todos os períodos trimestrais entre 2013 e 2018. Assim, a amostra inicial foi composta por 190 empresas. Posteriormente, para determinação da amostra final, foram excluídas as empresas que não tinham disponíveis as informações que são necessárias para o cálculo das duas medidas de suavização intencional. Além disso, também, foram excluídas as empresas que possuem atividades ligadas a administração de outras empresas (*Holdings*) e organizações que utilizam, em suas operações, moeda funcional diferente do real. Assim, a amostra final teve em sua composição 140 empresas.

Os dados foram coletados a partir da base de dados Economatica® ao considerar os períodos trimestrais entre 2010 e 2018. Contudo, ressalta-se que isto foi realizado, pois para o cálculo da medida de persistência, assim como das duas medidas de suavização intencional, são necessários dados do trimestre atual mais os 11 (onze) trimestres anteriores. Desse modo, a análise foi realizada ao considerar os períodos trimestrais de 2013 a 2018. Ressalta-se ainda, que as informações de natureza econômico-financeira oriundas das demonstrações contábeis são consolidadas.

3.2 MODELOS DE BASE DO ESTUDO

3.2.1 Persistência dos lucros

No que diz respeito ao cálculo da persistência dos lucros, recorreu-se ao modelo que consta no trabalho de Dichev e Tang (2009). Esse modelo é fundamentado na lógica de que a persistência dos lucros compreende à volatilidade dos lucros e, dessa forma, quanto mais volátil o lucro líquido, menor é a persistência dos lucros. Para tanto, esta métrica mensura a persistência dos lucros a partir do inverso do desvio padrão do lucro líquido dos 5 exercícios anteriores de cada observação ano-empresa. Apesar disso, essa forma de mensurar a persistência dos lucros possui limitações, uma vez que, ao considerar apenas o valor do lucro líquido, essa medida pode ser sensível a diferença de magnitude, isto é, o efeito do tamanho das empresas.

Uma forma de solucionar esta limitação consiste no procedimento adotado por Sloan (1996), que confere em ponderar o lucro líquido por um item do patrimônio da empresa que tem por base, o tamanho da empresa. O autor descreve em seu estudo, que um modo de atingir esse objetivo, concebe em ponderar o lucro líquido pelo ativo total do período. A partir disso, no presente artigo, realizou a adaptação do modelo de Dichev e Tang (2009) ao ponderar o lucro líquido pelo ativo total final do período.

Outra adaptação também foi necessária, em que teve como finalidade a padronização da medida de persistência dos lucros em relação à medida de suavização de resultados, no que tange ao aspecto temporal. Desse modo, considerou-se para o cálculo da persistência dos lucros, os últimos 12 trimestres (trimestre atual somado a 11, onze, anteriores). Com a finalidade de verificar as possíveis implicações dessa mudança, testou-se a persistência ao considerar os 5 exercícios anuais e os últimos 12 trimestres, em que não houve diferenças significativas. Assim, utilizou-se para o cálculo da persistência dos lucros neste trabalho, o inverso do desvio-padrão do lucro líquido, ponderado pelo ativo total, dos últimos 12 (doze) trimestres (trimestre atual e 11, onze, trimestres anteriores) de cada companhia em cada período trimestral analisado.

3.2.2 Suavização intencional de resultados

Esta pesquisa utiliza duas medidas de *income smoothing* que constam no estudo de Lang, Lins e Maffett (2012), denominadas de Suavização 1 (SUAV1) e Suavização 2 (SUAV2). Para chegar ao valor correspondente a essas duas medidas, o primeiro passo consiste em mensurar as bases destas duas medidas. A SUAV1 tem como base outra medida denominada de Smoothing 1 (SMTH1). Já a SUAV2 é fundamentada em medida chamada de Smoothing 2 (SMTH2).

Lang, Lins e Maffett (2012) mencionam que o SMTH1, tem como finalidade captar a volatilidade do resultado líquido em relação aos fluxos de caixa. Esta lógica está de acordo com o entendimento de Leuz, Nanda e Wysocki (2003) e Francis et al. (2004), visto que quanto mais as empresas utilizam métodos contábeis sensíveis à manipulação, mais o lucro é suavizado. Nesse contexto, o SMTH1 é calculado a partir dos desvios-padrão do resultado líquido do final do período em relação aos desvios-padrão dos Fluxos de Caixa Operacionais do final de cada período, considerando o lapso temporal dos últimos três a cinco períodos anuais (LANG; LINS; MAFFETT, 2012). Da mesma forma que o trabalho de Lang, Lins e Maffett (2012), multiplicou-se o SMTH1 por -1. Esse procedimento é necessário para que a medida seja mais intuitiva, pois quanto maior o SMTH1, maior será o nível de suavização empregado naquele período.

No que concerne ao SMTH2, calculou-se a partir da correlação entre o fluxo de caixa operacional do final do período dividido pelos ativos totais do final do período, com os *accruals* totais do final do período

dividido pelos ativos totais do final do período. Lang, Lins e Maffett (2012) discorrem que quando o coeficiente de correlação é negativo, entende-se que os gestores fazem o uso dos *accruals* discricionários para reverter a suavização realizada em períodos anteriores. Estratégia que tem como finalidade a compensação dos períodos em que houve baixo desempenho econômico-financeiro. Assim, o gestor faz com que interesses oportunistas sejam viabilizados ao demonstrar um lucro distorcido do real, o que pode trazer vantagens, como aumento da remuneração quando atrelada ao desempenho, e continuidade no cargo, já que o desempenho pode ser visto como satisfatório pelos acionistas. Assim como no SMTH1, o SMTH2 também foi multiplicado por -1 para que sua compreensão seja mais intuitiva. Ou seja, quanto maior o valor da medida, maior o nível de suavização empregado com a finalidade de reverter a suavização realizada em períodos anteriores.

Com isso, o SMTH1 e SMTH2 compreendem a suavização de resultados mais geral e a suavização de resultados por *accruals* com o propósito de reverter a suavização de períodos anteriores para compensar os resultados. Contudo, vale ressaltar que estas medidas que conferem a suavização correspondem ao total, isto é, sem separar o natural do intencional, como explicitado em estudo de Eckel (1981). Nesse sentido, o SMTH1 e SMTH2, foram submetidos a Equação 1, desenvolvida por Lang, Lins e Maffett (2012), porque distingue a parcela natural da intencional. Dessa maneira, realizou-se duas regressões, em que a primeira contou com a variável dependente o SMTH1 para dar origem a SUAV1 e, por sua vez, o segundo modelo multivariado teve como variável dependente o SMTH2 para calcular a SUAV2, conforme o trabalho de Lang, Lins e Maffett (2012). A SUAV1 e a SUAV2, compreendem ao resíduo de cada modelo multivariado, e correspondem à suavização intencional geral de resultados e à suavização intencional de resultados por *accruals*. Isso, porque, a parcela natural está contida nas variáveis independentes do modelo (Lang, Lins e Maffett, 2012). Nesse contexto, apresenta-se a seguir a equação utilizada para mensurar a SUAV1 e SUAV2.

$$SMTH_{it} = TAM_{it} + DÍVIDA_{it} + MB_{it} + DPRECEITA_{it} + \%PREJUÍZO_{it} + CICLO_{it} + CRESCREC_{it} + IMOB_{it} + FLUXO_{it} + \varepsilon_{it}$$

Equação (1)

Em que: TAM_{it} = Logaritmo do Ativo total do final do exercício; $DÍVIDA_{it}$ = Dívida Total do final do exercício dividido pelo Ativo Total do final do exercício; MB_{it} = Market to Book do final do exercício; $DPRECEITA_{it}$ = Desvio-padrão das Receitas do exercício dos últimos três períodos anuais da empresa i no período t ; $\%PREJUÍZO_{it}$ = Proporção dos períodos que houve resultado líquido negativo dos últimos doze trimestres (3 anos); $CICLO_{it}$ = Logaritmo do Ciclo Operacional final do exercício; $CRESCREC_{it}$ = Crescimento da Receita do exercício; $IMOB_{it}$ = Imobilizado do final do exercício dividido pelo Ativo Total do final do exercício; $FLUXO_{it}$ = Fluxo de Caixa Médio dividido pelo Ativo Total do final do exercício.

Com a SUAV1 e SUAV2 mensuradas, realizou-se a transformação em módulo, da mesma forma que Sousa et al. (2020). Os autores mencionam que esse procedimento é necessário para que o valores dessas variáveis reflitam adequadamente o que evidenciam. Isso porque, como a SUAV1 e SUAV2 são estimadas a partir de resíduos, quanto maior a distância da reta de regressão, maior o nível de suavização empregado intencionalmente pelos gestores. Por esse motivo, foi necessária a transformação em módulo da SUAV1 e SUAV2, o que implica na mitigação da distorção e interpretação inadequada propiciada pelos valores absolutos.

3.3 VARIÁVEIS, MODELO EMPÍRICO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como variável dependente, tem-se a persistência dos lucros, baseado no modelo de Dichev e Tang (2009). Como variáveis de interesse, tem-se as duas medidas de suavização de resultados decorrentes do modelo de Lang, Lins e Maffett (2012). A partir disso, apresenta-se essas e as demais variáveis utilizadas nesta pesquisa por intermédio do Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas na pesquisa.

Variável Dependente			
Variável	Descrição	Operacionalização	Referências
Persistência dos Lucros (PERS)	Métrica que compreende a Persistência dos lucros das empresas	Inverso do desvio padrão do resultado líquido ponderado pelo ativo total dos últimos 12 trimestres	Dichev e Tang (2009)
Variáveis Independentes			
Variável	Descrição	Operacionalização	Referências
Suavização intencional geral de resultados (SUAV1)	Variável que compreende a suavização intencional geral de resultados	$SMTH1_{it} = \alpha_i + TAM_{it} + DIVIDA_{it} + PBR_{it} + DPRECEITA_{it} + \%PREJUÍZO_{it} + CICLO_{it} + CRESCREC_{it} + IMOB_{it} + FLUXO_{it} + ANO_{it} + \varepsilon_{it}$	Lang, Lins e Maffett (2012)
Suavização intencional de resultados por <i>accruals</i> (SUAV2)	Suavização intencional de resultados por <i>accruals</i> para reversão de práticas de suavização realizada em períodos anteriores	$SMTH2_{it} = TAM_{it} + DÍVIDA_{it} + PBR_{it} + DPRECEITA_{it} + \%PREJUÍZO_{it} + CICLO_{it} + CRESCREC_{it} + IMOB_{it} + FLUXO_{it} + ANO_{it} + \varepsilon_{it}$	Lang, Lins e Maffett (2012)
Grau de Alavancagem Operacional (GAO)	Medida que representa uma medida de desempenho operacional da estrutura de custos da companhia	Lucro Bruto / (Lucro Bruto - Despesas com Vendas e Despesa Administrativas)	Sohn (2016), Francis, Hanna e Vincent (1996)
Endividamento Geral (END)	Variável que mensura a participação de terceiros dos valores alocados aos ativos das empresas	(Passivo Circulante + Passivo não Circulante / Ativo Total)*100	DeFond e Jambalvo (1994), Marra, Mazzola e Prencipe (2011) e Almadi e Lazic (2016)
Market-to-Book (MB)	Variável que mede a expectativa de crescimento do negócio para o mercado	Valor de Mercado / PL Contábil	Lee, Li e Yue (2006); Mcvay, Nagar e Tang (2006), Ribeiro, Sousa e Vicente (2019)
Tamanho (TAM)	Ativo Total de cada companhia transformado para sua base logarítmica	Logaritmo Neperiano do Ativo Total	Watts e Zimmerman (1986) e Doyle, Ge e McVay. (2007).
ANO	Variável que representa os períodos anuais da análise ao considerar o período do estudo, isto é, de 2013 a 2018	Variáveis dicotômicas que representam os períodos anuais de 2013 a 2018	Carvalho e Salotti (2013), Ribeiro et al. (2016), Ribeiro, Sousa e Vicente (2019)
SETOR	Variável do setor de cada companhia com base na classificação NAICS nível 1	Variáveis dicotômicas que consistem nos setores de atividade econômica analisados no presente estudo: (1) Agricultura, (2) Assistência Médica; (3) Comércio Atacadista; (4) Comércio Varejista; (5) Construção; (6) Educação; (7) Empresas de eletricidade e água; (8) Imobiliária e Locadora; (9) Indústria Manufatureira; (10) Informação; (11) Serviço de resíduo; (12) Transporte e Armazenamento.	Bagnoli e Watts (2010) e Sousa et al. (2020)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Além das variáveis dependentes e de interesse, o modelo multivariado também foi composto por variáveis independentes de controle. As variáveis de controle conferem ao grau de alavancagem operacional, endividamento geral, *market-to-book* e tamanho. Essas variáveis foram escolhidas, pois, segundo diferentes pesquisas (descritas no Quadro 1), estão relacionadas com aspectos ligados à qualidade da informação contábil. Ademais, utilizou-se no modelo multivariado, as variáveis de controle que compreende ao ano [variáveis *dummy* dos períodos anuais (2013-2018)] e às que conferem ao setor [variáveis *dummy* que corresponde ao setor de atividade econômica a partir da classificação da *North American Industry Classification System* (NAICS), em nível 1].

A partir dessas informações, utilizou-se o modelo multivariado expressado por meio da Equação 2, com a finalidade de averiguar a relação da suavização intencional geral de resultados e suavização

intencional de resultados por *accruals* com a persistência dos lucros. A equação que demonstra esta relação é destacada a seguir:

$$PERS_{it} = \beta_0 + \beta_1 SUAV1_{it} + \beta_2 SUAV2_{it} + \beta_3 GAO_{it} + \beta_4 END_{it} + \beta_5 MB_{it} + \beta_6 TAM_{it} + \beta_7 ANO_{it} + \beta_8 SETOR_{it} + \varepsilon_{it}$$

Equação (2)

Onde: $PERS_{it}$ = Persistência dos lucros da empresa i no período t ; $SUAV1_{it}$ = Suavização intencional geral de resultados da empresa i no período t ; $SUAV2_{it}$ = Suavização intencional de resultados por *accruals* da empresa i no período t ; GAO_{it} = Grau de alavancagem operacional da empresa i no período t ; END_{it} = Endividamento geral da empresa i no período t ; MB_{it} = Market-to-book da empresa i no período t ; TAM_{it} = Tamanho da empresa i no período t ; ANO_{it} = Período correspondente ao ano da observação i no período t , ao considerar o ano de 2013 como referência. $SETOR_{it}$ = Setor de atividade econômica da companhia da empresa i no período t .

No que se refere à análise desse modelo multivariado, recorreu-se à regressão quantílica que foi calculada a partir do software estatístico STATA®13. Vale ressaltar, que a regressão quantílica foi realizada de forma simultânea e, por este motivo, utilizou-se 20 replicações (padrão desta análise). Neste modelo, foram mensurados 5 (cinco) quantis (0,10; 0,25; 0,50; 0,75 e 0,90), uma vez o efeito das duas medidas de suavização intencional pode ser diferente ao longo da distribuição da persistência dos lucros.

Quanto à regressão quantílica, justifica-se o uso desta análise econométrica, haja vista que é mais sensível a *outliers*. Dessa forma, de acordo com Koenker e Bassett (1978), esta análise é mais indicada para que as análises multivariadas não apresentem distorções e, por sua vez, mitiga a chance de levar o pesquisador a interpretações errôneas. Além disso, tal análise considera a heterogeneidade impossibilitada de ser observada (CANAY, 2011) e, além de ser uma opção mais indicada para investigações que tratam sobre aspectos da qualidade da informação contábil (Duarte; GIRÃO; PAULO, 2017). Destaca-se, ainda, que a amostra é composta por 140 empresas, em que foram preservadas todas as observações ao considerar todo o período totalizando 3.360 observações.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na Tabela 1 são apresentados os resultados da análise descritiva a respeito das variáveis quantitativas. Verifica-se que há grande variabilidade dos dados, em particular, no que se refere à persistência dos lucros, suavização intencional geral de resultados e suavização intencional de resultados por *accruals*. Uma justificativa para essas variações, corresponde às empresas que são de diferentes setores de atividade econômica.

Tabela 1 - Estatística descritiva.

Variáveis	P10	P25	P50	P75	P90	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	OBS
PERSIST	21,96	50,36	88,27	215,17	238,84	105,58	2,93	877,18	3.360
SUAV1	0,07	0,17	0,37	0,75	1,30	1,19	0,00	18,46	3.360
SUAV2	0,04	0,13	0,25	0,41	0,56	0,19	0,00	1,04	3.360
GAO	-0,82	1,24	1,80	2,79	4,90	41,60	-1309,10	1804,46	3.360
END	0,32	0,46	0,58	0,74	0,93	0,35	0,09	4,21	3.360
MB	0,23	0,59	1,21	2,30	4,37	4,58	-43,92	149,62	3.360
TAM	13,11	13,96	15,23	16,15	17,19	1,68	9,58	20,65	3.360

Legenda: OBS = Observações.
Fonte: Elaborada pelos autores.

Em análise da persistência dos lucros, percebe-se que apresentou valor médio de 117,70. Esse resultado demonstra que a média é próxima ao valor do desvio padrão (105,58) e, relativamente,

distante ao resultado da mediana da persistência dos lucros, o que caracteriza grande variabilidade dos dados. Dessa forma, uma análise multivariada fundamentada na média não seria adequada. Outra variável que apresenta a mesma característica é a SUAV1, uma vez que apresenta média de 0,6533, distante da mediana da amostra analisada que foi de 0,37, além de ser próximo ao resultado exposto por Lang, Lins e Maffett (2012).

Por outro lado, a SUAV2 não apresentou diferença perceptível entre a média (0,28) e a mediana (0,37). Ressalta-se que esse fenômeno é similar e também está próximo aos resultados apresentados no trabalho de Sousa et al. (2020). Dado essas evidências, em momento posterior foi averiguado o comportamento da persistência dos lucros e das duas medidas ao longo do tempo. Essas informações são apresentadas por meio da Figura 1.

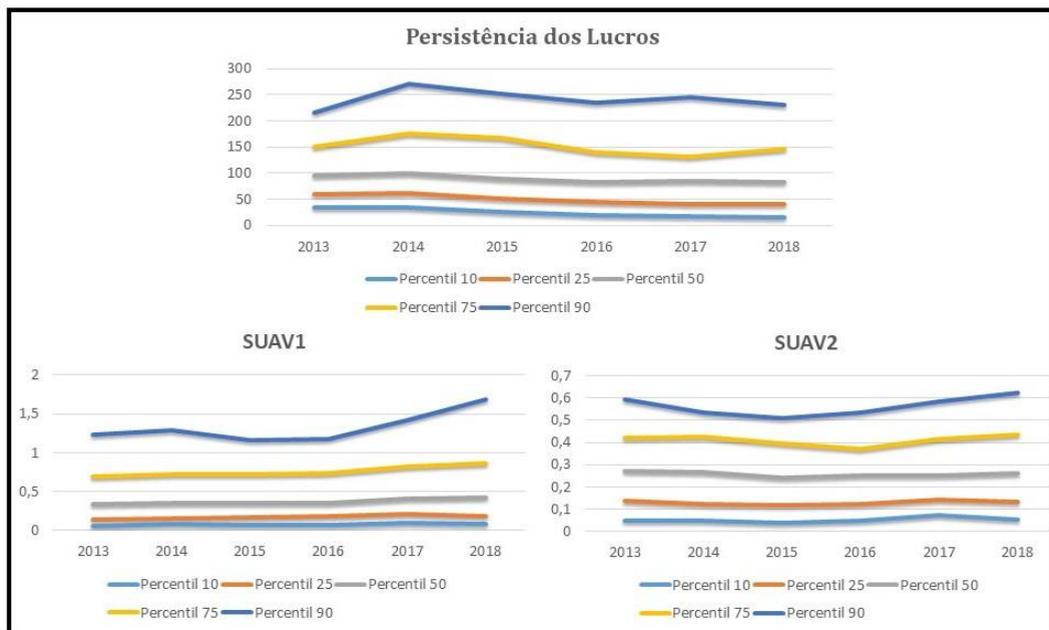


Figura 1 - Comportamento da persistência dos lucros, suavização intencional geral de resultados e suavização intencional de resultados por accruals ao longo do tempo.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados dispostos na Figura 1 indicam que a persistência dos lucros apresentou diminuição, especialmente nas empresas com os lucros menos persistentes. Isso porque, no período analisado o P10 e P25, tiveram diminuição na persistência dos lucros de 54,42% e 31,16%, respectivamente, entre 2013 e 2018. Entretanto, quanto maior o nível de persistência das empresas, menos acentuada foi a queda desta qualidade da informação, haja vista que no P50, P75 e P90, tiveram redução de -14,63%, 3,16% e 7,05%, respectivamente. Vale destacar que, em todos os percentis, as maiores contrações percentuais da persistência dos lucros do período atual em comparação ao período anterior, foram nos anos de 2015 e 2016. Uma justificativa para isso corresponde à recessão econômica que, de acordo com Ribeiro, Sousa e Vicente (2019), foi um fator que pode ter influenciado a diminuição da qualidade da informação contábil de empresas abertas do mercado brasileiro.

Por outro lado, ao analisar o comportamento ao longo do tempo da SUAV1, percebe-se aumento em todos os percentis analisados. Os resultados sugerem que os níveis de suavização intencional geral de resultados, alocados no P10 e P25, tiveram aumento ao longo do período analisado (diminuição de 58,15% e 31,68%, respectivamente, entre 2013-2018). De forma similar, o P50, P75 e P90, apresentaram aumentos ao longo do tempo, pois apresentaram variações positivas de 23,36%, 26,18%

e 36,81%, respectivamente. Com essas evidências, verifica-se que houve aumento na suavização intencional geral de resultados, em particular, para as companhias que menos suavizam os lucros. Vale ressaltar que a SUAV1 registrou aumento, em especial, nos anos de 2016 e 2017, condizente com o trabalho de Silva et al. (2014), porque comentaram que a crise econômica implica no aumento de estratégia de manipulação de resultados pelos gestores.

No que tange à variável SUAV2, verifica-se que apenas o P10, apresentou variação percentual acima de 5% ao longo do período analisado. Os resultados apontam que o P10, teve aumento em 17,53% de 2013 a 2018. Contudo, o P25, P50, P75 e P90 tiveram baixas variações percentuais, isto é, -2,79%, -3,82%, 3,42% e 4,72%, respectivamente. Dessa forma, entende-se que, exceto o P10, não houve mudança significativa da suavização intencional de resultados por *accruals*. Ou seja, não houve mudança significativa nas práticas de reversão da suavização intencional de resultados realizada em períodos anteriores para compensar o resultado atual. Tal resultado, de certa forma, pode ser compreendido como benéfico aos investidores, visto que não houve aumento dessa forma de manipulação, que conforme Eckel (1981), é prejudicial à qualidade da informação contábil.

Após à análise descritiva, os dados foram submetidos a regressão quantílica por meio de cinco quantis (0,10; 0,25; 0,50; 0,75 e 0,90). Na Tabela 2 são apresentados os resultados referentes à relação das duas medidas de suavização e a persistência dos lucros.

Tabela 2 - Modelo multivariado da persistência dos lucros.

Variáveis	Persistência dos Lucros				
	Quantil				
	0,10	0,25	0,50	0,75	0,90
	Coef. (Estat T)	Coef. (Estat T)	Coef. (Estat T)	Coef. (Estat T)	Coef. (Estat T)
SUAV1	-7,0563 (-11,64***)	-8,9055 (-6,13***)	-6,8575 (-3,27***)	-10,1097 (-6,92***)	-16,1955 (-4,42***)
SUAV2	-3,5546 (-1,06)	-11,2657 (-2,78***)	-20,8052 (-2,49**)	-22,9740 (-1,85*)	5,9081 (0,34)
GAO	-0,0013 (-0,20)	0,0050 (0,19)	-0,0123 (-0,50)	-0,0112 (-0,19)	-0,0631 (-0,51)
END	-26,0371 (-12,27***)	-31,4404 (-10,86***)	-36,4692 (-15,35***)	-50,5603 (-8,12***)	-60,3392 (-9,09***)
MB	-0,1178 (-1,48)	-0,0990 (-0,40)	-0,2195 (-0,56)	0,1062 (0,16)	0,3693 (0,28)
TAM	8,2523 (20,19***)	8,6894 (14,23***)	11,7043 (9,55***)	16,6557 (6,45***)	21,4705 (7,63***)
2014	1,1269 (0,61)	2,2085 (0,88)	3,5788 (0,82)	15,0692 (1,37)	20,9675 (1,77*)
2015	-4,6313 (-1,89*)	-4,5788 (-1,58)	-8,4802 (-2,27**)	10,9712 (1,02)	20,0766 (1,61)
2016	-11,2483 (-3,82***)	-10,4746 (-3,28***)	-12,9201 (-3,05***)	-6,7554 (-0,71)	-11,9259 (-1,17)
2017	-16,0412 (-5,08***)	-11,0902 (-3,08***)	-10,5391 (-2,37**)	-0,7242 (-0,07)	21,6446 (1,01)
2018	-16,0495 (-7,75***)	-13,0726 (-3,44***)	-9,6521 (-2,54**)	6,0862 (0,92)	12,3341 (1,18)
Constante	-74,0683 (-11,57***)	-63,4727 (-4,73***)	-61,2586 (-3,59***)	-98,9481 (-2,37***)	-133,8334 (-2,58***)
Controle de Setor	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Controle de Períodos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
R2	0,1712	0,1527	0,1209	0,1069	0,1319
OBS	3.360				

Legenda: OBS = Observações; * significância ao nível de 10%; **significância ao nível de 5%; ***significância ao nível de 1%. As regressões acima foram estimadas por meio do método não paramétrico em quantis (0,10; 0,25; 0,50; 0,75 e 0,90). As constantes destes modelos econométricos absorveram as seguintes variáveis: SETOR = Agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e caça, e; ANO = 2013. PERSit = $\beta_0 + \beta_1SUAV1it + \beta_2SUAV2it + \beta_3GAOit + \beta_4ENDit + \beta_5Mbit + \beta_6TAMit + \beta_7ANOit + \beta_8SETORit + \epsilon it$
Fonte: Elaborada pelos autores.

As evidências da Tabela 2 sugerem que a suavização intencional geral de resultados está negativamente relacionada com a persistência dos lucros em todos os quantis (0,10; 0,25; 0,50; 0,75 e 0,90). Logo, desde as empresas com os lucros menos persistentes até as companhias com os lucros mais persistentes são sensíveis à diminuição da persistência dos lucros quando os gestores realizam a suavização de resultados de forma intencional. Sendo assim, constata-se que este achado está de acordo com a H1 desta pesquisa, além de ser semelhante e poder complementar as evidências apresentadas na investigação de Kolozsvari e Macedo (2016). Além disso, a partir dessa evidência, ressalta-se que quando o gestor suaviza intencionalmente os resultados, pode fazer com que os usuários externos tenham dificuldade em realizar previsões dos lucros em períodos futuros, visto que Dichev e Tang (2009) mencionam que lucros mais persistentes, facilitam a prospecção desse item de desempenho em períodos futuros.

Sobre a relação da suavização intencional de resultados por *accruals* e a persistência, observa-se que é negativa e significativa apenas nos quantis 0,25; 0,50 e 0,75. Essa evidência indica que quando os gestores compensam a suavização realizada em períodos passados com o propósito de utilizar em um período presente fazem com que os lucros se tornem menos persistentes, exceto para as empresas que apresentam altíssima (0,90) e baixíssima (0,10) persistência nos lucros. Por isso, pode-se considerar que a H2 desse estudo é válida, salvo para as observações alocadas no quantil 0,10 e 0,90. Além disso, pode contribuir à pesquisa de Almeida et al. (2012), devido ao prejuízo das práticas de suavização a aspectos da qualidade das demonstrações contábeis.

Uma justificativa para a não influência da SUAV2 na persistência no quantil 0,90 pode estar ligada às políticas de governança mais rígidas, que são adotadas pelas empresas que possuem os maiores níveis de persistência [ver Gaganis, Hasan e Pasiouras (2016) e Sousa et al. (2020)]. Por outro lado, compensar a suavização realizada em períodos anteriores no resultado atual não altera a persistência dos lucros para as companhias com lucros muito voláteis, empresas com observações alocadas no quantil 0,10. Devido a fatores internos e externos que implicam na alta volatilidade dos lucros, quando os gestores compensam a suavização de períodos anteriores, não implica na mudança significativa da persistência dos lucros. Isso pode ser um ponto de atenção, já que essa compensação pode não ser perceptível pelos usuários externos e os gestores se aproveitarem dessa situação para aumentar a agressividade dessa forma de manipulação para atingir seus interesses privados.

Quanto às variáveis de controle, observa-se que o grau de alavancagem operacional e o *market-to-book* não estão relacionados com a persistência dos lucros, em nenhum dos quantis analisados. Esse achado está em desacordo com pesquisas de Sohn (2016), Francis, Hanna e Vicent (1996), Lee, Li e Yue (2006), Ribeiro, Sousa e Vicente (2019), Mcvay, Nagar e Tang (2006); e Sousa et al. (2020), os quais encontraram implicações destas variáveis de controle, com a qualidade das demonstrações contábeis. De outra forma, percebe-se que, em todos os quantis, o endividamento está relacionado com a diminuição da persistência dos lucros. Dessa forma, entende-se que quando as empresas aumentam o seu nível geral de endividamento faz com que os lucros sejam menos persistentes. Isso pode estar ligado à ideia de que como o lucro líquido é diminuído devido aos custos com juros dos empréstimos, em decorrência do aumento do endividamento da empresa, os gestores podem se sentir incentivados a suavizar os resultados. Vale frisar, que este resultado está em conformidade com o explicitado nos estudos de DeFond e Jiambalvo (1994), Marra, Mazzola e Principe (2011), Almadi e Lazic (2016).

Ademais, em todos os quantis, as empresas com maior porte estão relacionadas com a maior persistência dos lucros. Resultado que vai ao encontro e complementa as discussões presentes nas pesquisas de Watts e Zimmerman (1986), Doyle, Ge e McVay. (2007) e Ribeiro, Sousa e Vicente (2019). Isso pode ser justificado a partir da ideia de que empresas com maior tamanho tem boas práticas de governança corporativa mais efetivas, além da preocupação com a reputação frente aos usuários externos, investidores e credores, uma vez que empresas com maior tamanho estão em maior evidência no mercado de capitais. Outra evidência

corresponde à diminuição da persistência dos relatórios financeiros a partir do ano de 2015 (quantil 0,10 e quantil 0,50) e 2016 (quantil 0,25). Vale elencar que esta diminuição na persistência dos lucros pode estar ligada a eventos externos à companhia, por exemplo, a desaceleração da economia brasileira. Tal justificativa é fortificada ao considerar o trabalho de Paulo e Mota (2019), pois é evidenciado que em períodos de desaceleração econômica brasileira há diminuição da qualidade da informação das demonstrações contábeis devido à adoção de práticas de manipulação de resultados.

Adicionalmente aos resultados apresentados por meio da Tabela 2, realizou-se testes de robustez com o propósito de entender o impacto das duas medidas de suavização intencional na persistência dos lucros. Para isso, realizou-se a mesma análise, apresentada por meio da Tabela 2, ao substituir a suavização intencional geral de resultados e a suavização intencional de resultados por *accruals* pela suavização natural geral de resultados (SNAT1) e suavização natural de resultados por *accruals* (SNAT2), como variáveis de interesse. Em que tais medidas foram obtidas por meio da subtração do SMTH1 pela SUAV1 dando origem à variável SNAT1, bem como, SMTH2 pela SUAV2 originando a variável SNAT2. Os resultados apontaram que a variável SNAT1 implica no aumento da persistência dos lucros, em todos os quantis analisados. Já a SNAT2 impacta negativamente a persistência dos lucros desde o quantil 0,10 até o quantil 0,90. Salienta-se, ainda, que o impacto da parcela natural por meio da SNAT1 e SNAT2 é mais significativo do que a SUAV1 e SUAV2. Devido a esses resultados, especialmente aos do SNAT1 e SUAV1, que são contraditórios, apresenta-se a importância da separação da suavização natural e da suavização intencional, sobretudo na avaliação do impacto de aspectos referentes à qualidade da informação contábil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações contidas nas demonstrações contábeis são disponibilizadas pelas empresas como uma forma de se comunicarem com os usuários externos. Tais usuários utilizam essas informações com a finalidade de fundamentar o processo decisório, ao analisarem, por exemplo, o desempenho econômico-financeiro da companhia. As informações contábeis, contudo, podem carregar julgamentos que não refletem adequadamente a realidade econômica da companhia graças aos objetivos obscuros dos gestores. Tais objetivos podem ser atingidos quando os gestores utilizam estratégias de manipulação dos resultados que, por sua vez, implicam em prejuízo da qualidade dos relatórios financeiros. Uma forma de manipular os resultados é suavizar intencionalmente os resultados e/ou reverter a suavização intencional de resultados praticadas em períodos anteriores no momento presente. Essas estratégias tem o propósito de manipular os resultados do período e, conseqüentemente, ter implicações na persistência dos lucros (um aspecto da qualidade da informação contábil). Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa se pautou em analisar o efeito da suavização intencional de resultados na persistência dos lucros das empresas brasileiras de capital aberto.

Sobre a primeira medida de suavização, os achados sugerem que a suavização intencional geral de resultados diminui a persistência dos lucros. Evidência que complementa as pesquisas sobre o tema, em especial as pesquisas de Kolozsvari e Macedo (2016), Kajimoto, Nakao e Moraes (2019), Tucker e Zarowin (2006) e Wang (2014), uma vez que estas investigações embasam apenas nas implicações da suavização total de resultados na persistência dos lucros. Além disso, os achados desse estudo, contribuem com a literatura ao apresentar que a suavização intencional geral de resultados diminui a persistência dos lucros, desde as empresas com lucros menos persistentes até as empresas com os lucros mais persistentes. No âmbito prático, esses achados auxiliam os investidores e os analistas de investimentos, uma vez que a redução da persistência dos lucros implica na diminuição da previsibilidade do resultado líquido nos períodos futuros [ver Dichev e Tang (2009)]. Além disso, a diminuição da persistência dos lucros pode implicar em outros aspectos da qualidade da informação contábil, que é necessária para o processo decisório dos usuários externos, como a comparabilidade e consistência da informação contábil.

A respeito da segunda medida, suavização intencional de resultados por *accruals*, que captura a reversão das práticas de suavização intencional de resultados de períodos anteriores no momento presente, implica na diminuição da persistência dos lucros, exceto para as companhias com altíssimos e baixíssimos níveis de persistência dos lucros. Desse modo, esse estudo contribui com a pesquisa de Almeida et al. (2012), pois os autores se dedicaram apenas nessa característica, ao considerar a parcela total, sem distinguir a parcela natural da intencional. Enfatiza-se ainda, que as empresas abertas do mercado brasileiro com altíssimo nível de persistência dos lucros não apresentaram mudança no nível desta qualidade da informação contábil quando os gestores fazem o uso de práticas de reversão da suavização de resultados. Fenômeno que pode ser decorrente do alto nível de governança das companhias com altíssimo nível de persistência dos lucros, como apontado pelos estudos de Gaganis, Hasan e Pasiouras (2016) e Sousa et al. (2020). Ainda, como contribuição prática, alerta-se os usuários externos de que a suavização intencional de resultados por *accruals* é um fator prejudicial na qualidade da informação contábil e, dessa forma, prejudica o processo decisório.

A presente pesquisa não foi isenta de limitações, visto que as companhias analisadas conferem uma amostra não probabilística, o que impede a generalização das evidências. Isso pois, as empresas analisadas são de capital aberto em um país de economia emergente e com características institucionais que podem diferir de outros países, situados em diferentes cenários econômicos. Com isso, abre-se espaço para novas investigações que podem complementar o presente estudo, como as implicações da persistência dos lucros em fatores que são necessários no processo decisório dos usuários externos, como a previsibilidade dos lucros e as características qualitativas da informação contábil.

REFERÊNCIAS

- ALI, A.; ZHANG, W. CEO tenure and earnings management. **Journal of Accounting and Economics**, v. 59, n. 1, p. 60-79, 2015.
- ALMADI, M.; LAZIC, P. CEO incentive compensation and earnings management. **Management Decision**, v. 53, n. 10, p. 2447-2461, 2016.
- ALMEIDA, J. E. F.; SARLO NETO, A.; BASTIANELLO, R. F.; MONEQUE, E. Z. Alguns aspectos das práticas de suavização de resultados no conservadorismo das companhias abertas listadas na BM & F Bovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 58, p. 65-75, 2012.
- BAGNOLI, M.; WATTS, S. G. Oligopoly, disclosure, and earnings management. **The Accounting Review**, v. 85, n. 4, p. 1191-1214, 2010.
- BAIK, B.; CHOI, S.; FARBER, D. B. Managerial ability and income smoothing. **The Accounting Review**, 2019.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.
- CANAY, I. A. A simple approach to quantile regression for panel data. **The Econometrics Journal**, v. 14, n. 3, p. 368-386, 2011.
- CARVALHO, L. N.; SALOTTI, B. M. Adoption of IFRS in Brazil and the consequences to accounting education. **Issues in Accounting Education**, v. 28, n. 2, p. 235-242, 2013.
- COHEN, D. A.; ZAROWIN, P. Accrual-based and real earnings management activities around seasoned equity offerings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 1, p. 2-19, 2010.
- COPELAND, R. M. Income smoothing. **Journal of Accounting Research**, p. 101-116, 1968.

DAL MAGRO, C. B.; KLANN, R. C.; MONDINI, V. E. D. CEOs' extensive term of office inhibits discretionary accruals. **RAUSP Management Journal**, v. 53, n. 4, p. 575-596, 2018.

DAL MAGRO, C. B.; DANI, A. C.; KLANN, R. C. Remuneração variável no tempo de mandato é a causa do oportunismo dos CEOs? Evidências do gerenciamento de resultados no Brasil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 38, n. 3, p. 77-92, 2019.

DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. **The Accounting Review**, v. 77, n. s-1, p. 35-59, 2002.

DECHOW, P.; SCHRAND, C. Earnings Quality. The Research Foundation of CFA Institute. **Charlottesville, Virginia**, 2004.

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, Amy P. Detecting earnings management. **Accounting Review**, p. 193-225, 1995.

DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, 2010.

DEFOND, M. L.; JIAMBALVO, J. Debt covenant violation and manipulation of accruals. **Journal of Accounting and Economics**, v. 17, n. 1-2, p. 145-176, 1994.

DICHEV, I. D.; TANG, V. W. Earnings volatility and earnings predictability. **Journal of Accounting and Economics**, v. 47, n. 1-2, p. 160-181, 2009.

DOPUCH, N.; DRAKE, D. F. The effect of alternative accounting rules for nonsubsidiary investments. **Journal of Accounting Research**, p. 192-219, 1966.

DOYLE, J.; GE, W.; MCVAY, S. Determinants of weaknesses in internal control over financial reporting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 44, n. 1-2, p. 193-223, 2007.

DUARTE, F. C. L.; GIRÃO, L. F. A. P.; PAULO, E. Avaliando Modelos Lineares de Value Relevance: Eles Captam o que Deveriam Captar? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. spe, p. 110-134, 2017.

ECKEL, N. The income smoothing hypothesis revisited. **Abacus**, v. 17, n. 1, p. 28-40, 1981.

FRANCIS, J.; HANNA, J. D.; VINCENT, L. Causes and effects of discretionary asset write-offs. **Journal of Accounting Research**, v. 34, p. 117-134, 1996.

FRANCIS, J.; LAFOND, R.; OLSSON, P. M.; SCHIPPER, K. Costs of equity and earnings attributes. **The Accounting Review**, v. 79, n. 4, p. 967-1010, 2004.

GAGANIS, C.; HASAN, I.; PASIOURAS, F. Regulations, institutions and income smoothing by managing technical reserves: International evidence from the insurance industry. **Omega**, v. 59, p. 113-129, 2016.

GE, W. Essays on real earnings management. 2009. **Tese de Doutorado**. McGill University.

GOEL, S. Financial Reporting—the Old Age Tussle between Legality and Quality in Context of Earnings Management. **Procedia Economics and Finance**, v. 3, p. 576-581, 2012.

GORDON, M. J. Discussion of the effect of alternative accounting rules for nonsubsidiary investments. **Journal of Accounting Research**, p. 220-223, 1966.

GRAHAM, J. R.; HARVEY, C. R.; RAJGOPAL, S.. The economic implications of corporate financial reporting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 40, n. 1-3, p. 3-73, 2005.

HEALY, P. M.; WAHLEN, James M. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. **Accounting Horizons**, v. 13, n. 4, p. 365-383, 1999.

JONES, J. J. Earnings management during import relief investigations. **Journal of Accounting Research**, v. 29, n. 2, p. 193-228, 1991.

KAJIMOTO, C. G. K.; NAKAO, S.; MORAES, M. B. C. A suavização do lucro líquido e a persistência das contas de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 13, p. 154-173, 2019.

KAJIMOTO, C. G. K.; NAKAO, S. H. Persistência do lucro tributável com a adoção das IFRS no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 29, n. 1, p. 130-149, 2018.

KOENKER, R.; BASSETT JR., G. Regression quantiles. **Econometrica: journal of the Econometric Society**, p. 33-50, 1978.

KOLOZSVARI, A. C.; MACEDO, M. A. S. Análise da influência da presença da suavização de resultados sobre a persistência dos lucros no mercado brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 72, p. 306-319, 2016.

LAND, J.; LANG, Mark H. Empirical evidence on the evolution of international earnings. **The accounting review**, v. 77, n. s-1, p. 115-133, 2002.

LANG, M.; LINS, K. V.; MAFFETT, M. Transparency, liquidity, and valuation: International evidence on when transparency matters most. **Journal of Accounting Research**, v. 50, n. 3, p. 729-774, 2012.

LANG, M.; RAEDY, J. S.; WILSON, W. Earnings management and cross listing: Are reconciled earnings comparable to US earnings?. **Journal of accounting and economics**, v. 42, n. 1-2, p. 255-283, 2006.

LEE, C. J.; LI, L. Y.; YUE, H. Performance, growth and earnings management. **Review of Accounting Studies**, v. 11, n. 2-3, p. 305-334, 2006.

LEUZ, C.; NANDA, D.; WYSOCKI, P. D. Earnings management and investor protection: an international comparison. **Journal of financial economics**, v. 69, n. 3, p. 505-527, 2003.

LEV, B. Some economic determinants of time-series properties of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, p. 31-48, 1983.

LI, V. The effect of real earnings management on the persistence and informativeness of earnings. **The British Accounting Review**, v. 51, n. 4, p. 402-423, 2019.

MARRA, A.; MAZZOLA, P.; PRENCIPE, A. Board monitoring and earnings management pre-and post-IFRS. **The International Journal of Accounting**, v. 46, n. 2, p. 205-230, 2011.

MCVAY, S.; NAGAR, V.; TANG, V. W. Trading incentives to meet the analyst forecast. **Review of Accounting Studies**, v. 11, n. 4, p. 575-598, 2006.

MOSES, O. D. Income smoothing and incentives: Empirical tests using accounting changes. **Accounting Review**, p. 358-377, 1987.

MYERS, J. N.; MYERS, L. A.; SKINNER, D. J. Earnings momentum and earnings management. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 22, n. 2, p. 249-284, 2007.

PAULO, E.; MOTA, R. H. G. Ciclos econômicos e estratégias de gerenciamento de resultados contábeis: um estudo nas companhias abertas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 30, n. 80, 216-233, 2019.

PORTULHAK, H.; RAFFAELLI, S. C. D.; SILVA, P. Y. C.; SOARES, R. O. Alisamento de resultados e utilização de instrumentos derivativos em empresas não financeiras listadas na BM&FBovespa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 2, p. 105-119, 2014.

RIBEIRO, A. M.; SOUSA, A. M.; VICENTE, E. F. R. Impacto da Troca de Auditor na Comparabilidade dos Relatórios Financeiros: uma Análise em Companhias Brasileiras de Capital Aberto. In: **XIX USP International Conference in Accounting**, 2019, São Paulo. Anais do XIX USP International Conference in Accounting, 2019.

RIBEIRO, A. M.; CARMO, C. H. S.; FÁVERO, L. P. L.; CARVALHO, L. N. G. Poder discricionário do gestor e comparabilidade dos relatórios financeiros: uma análise do processo de transição regulatória da contabilidade brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 70, p. 12-28, 2016.

RICHARDSON, S. A.; Sloan, R. G.; Soliman, M. T.; Tuna, I. Accrual reliability, earnings persistence and stock prices. **Journal of accounting and economics**, v. 39, n. 3, p. 437-485, 2005.

RODRIGUES, R. M. R. C.; MELO, C. L. L.; PAULO, E. Gerenciamento de Resultados e Nível dos Accruals Discricionários Trimestrais no Mercado Acionário Brasileiro. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 16, n. 3, p. 297-314, 2019.

ROYCHOWDHURY, S. Earnings management through real activities manipulation. **Journal of accounting and economics**, v. 42, n. 3, p. 335-370, 2006.

SCHIPPER, K.; VINCENT, L. Earnings quality. **Accounting horizons**, v. 17, p. 97-110, 2003.

SCOTT, W. R.; O'BRIEN, P. C. **Financial accounting theory**. Toronto: prentice hall, 2003.

SILVA, A. F. WEFOR, E. F. J.; FLORES, E. D. S.; SILVA, G. P. D. Earnings management and economic crises in the Brazilian capital market. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 3, p. 268-283, 2014.

SLOAN, R. G. Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings? **Accounting review**, p. 289-315, 1996.

SOHN, B. C. The effect of accounting comparability on the accrual-based and real earnings management. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 35, n. 5, p. 513-539, 2016.

SOUSA, A. M.; RIBEIRO, A. M. A remuneração dos executivos mitiga os accruals discricionários? Uma análise em bancos brasileiros de capital aberto. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 18, n. 3, p. 25-38, 2020.

SOUSA, A. M.; RIBEIRO, A. M.; VICENTE, E. F. R.; CARMO, C. H. S. Suavização de resultados e comparabilidade dos relatórios financeiros: evidências em empresas abertas do mercado brasileiro. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 14, p. e164488-e164488, 2020.

SUH, Y. S. Communication and income smoothing through accounting method choice. **Management Science**, v. 36, n. 6, p. 704-723, 1990.

SUNDER, S. **Teoria da Contabilidade e do Controle**. Tradução e revisão técnica: Andson Braga de Aguiar. São Paulo: Atlas, p. 261, 2014.

TRISANTI, T. The Effect of Non-recurring Item Transactions on the Possibility of Firms to Smooth Income: the Case of Indonesian Listed Firms. **Jurnal Akuntansi dan Auditing Indonesia**, v. 17, n. 2, p. 123-134, 2013.

TUCKER, J. W.; ZAROWIN, P. A. Does income smoothing improve earnings informativeness? **The accounting review**, v. 81, n. 1, p. 251-270, 2006.

WANG, Z. Measuring investors' assessment of earnings persistence: do investors see through smoothed earnings?. **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 42, n. 4, p. 691-708, 2014.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, Jerold L. **Positive accounting theory**. 1986.

Endereço dos Autores:

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Sociais Aplicadas – SCSA
Av. Prefeito Lothario Meissner, 632
Jardim Botânico
Curitiba – PR – Brasil
80210-170